



ATA Nº 013/2021

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio de 2021, às 14h, realizou-se assembleia virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a coordenação do presidente Paulo Kohlrausch. Participou como convidado o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Gabriel Souza. Também em pauta, os protocolos do novo sistema de distanciamento do Estado, denominado 3 As. Participaram da assembleia os prefeitos, e/ou seus representantes, dos municípios de Santa Clara do Sul, Fazenda Vilanova, Coqueiro Baixo, Anta Gorda, Progresso, Travesseiro, Arroio do Meio, Forquetinha, Poço das Antas, Boqueirão do Leão, Teutônia, Vespasiano Corrêa, Marques de Souza, Paverama, Lajeado, Bom Retiro do Sul, Estrela, São José do Herval, Westfália, Cruzeiro do Sul, Sérió, Canudos do Vale, Imigrante, Encantado, Relvado, Taquari e Capitão. Também acompanharam a assembleia representantes do Comitê Técnico Regional, da Câmara da Indústria e Comércio do Vale do Taquari e da Associação dos Vereadores do Vale do Taquari. O presidente abriu trabalhos saudando a todos e destacando a participação do presidente da Assembleia Legislativa, que segundo ele pode trazer informações importantes, como o programa Cresce RS, que esta semana teve a adesão do Porto de Estrela, que é uma questão regional. Imediatamente passou a palavra ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza, que iniciou sua apresentação ressaltando a mudança do comportamento em razão da pandemia. A sociedade está sofrendo alterações em curto espaço de tempo e o poder público, conforme o parlamentar, também precisa se atualizar, porque existe para prestar serviços à sociedade. No caso da AL, segundo ele, representar os anseios da sociedade, fazendo com que as demandas sejam atendidas. Conforme Souza, a AL deve exercer protagonismo no combate ao coronavírus. Citou algumas ações feitas, como destinação de R\$ 5 milhões a 55 Pronto-Atendimentos municipais do Estado, que atendem leitos Covid; instalação de Comissão de Representação Externa para acompanhar a vacinação no RS e ação conjunta com outros órgãos, como Ministério Público do RS e Tribunal de Contas do Estado para o repasse de R\$ 70 milhões aos hospitais. Também foi a primeira Assembleia Legislativa do Brasil que autorizou o seu Estado a adquirir vacinas contra a Covid 19. “Em agosto ou setembro é provável que o Butantan possa produzir as vacinas para o Estado, caso seja necessário. São 8 milhões de doses”, informou. Ele destacou ainda a Comissão de Assuntos Municipais, que existe para atender os municípios, onde são discutidos temas como a privatização da Corsan, pois os municípios são concedentes, frisando que esta comissão existe para poder auxiliar, realizar audiências públicas e reuniões quando demandada pelos municípios. Citou mais dois espaços para atender os municípios - Espaço Municipalista e o Fórum Democrático. Destacou o Cresce RS, que envolve todos os atores, públicos ou privados, quando são apresentados os projetos. Citou a inclusão do Porto de Estrela no Cresce RS, para aumentar o calado do porto, melhorias no canal, enfatizando que o Estado precisa de infraestrutura. “Precisamos de mais concessões e investimentos públicos, e hidrovias não é diferente. A partir de agora passam a monitorar o Porto de Estrela”, afirmou.



Questionado pelo presidente de como vê o Vale do Taquari numa perspectiva da Assembleia Legislativa, Souza disse que o Vale do Taquari vai sofrer profundas mudanças nos próximos anos. Mencionou a duplicação da BR-386 a partir de Lajeado, com uma série de obras, mesmo nas áreas já duplicadas, e também as concessões da EGR, que inclui duas rodovias da região (129 e 130), outra intervenção importante na malha rodoviária do Vale do Taquari. Falou também que virão recursos da privatização da CEEE, que deve R\$ 850 milhões de ICMS aos municípios, e cada um vai receber um valor de acordo com sua cota parte do ICMS, sendo recurso livre. Acrescentou que parte do recurso obtida com a venda CEEE será utilizada na melhoria da malha viária do RS. Disse acreditar, ainda, que a Rota Pão e Vinho e o Cristo Protetor de Encantado também darão impulso à região, além do Porto de Estrela, que é importante para pegar parte das cargas do RS com destino ao Porto de Rio Grande. Encerrada a participação do presidente da AL, teve início discussão sobre maior flexibilização ou não em relação a mudanças do Sistema de Distanciamento Controlado. Houve então, participação do assessor jurídico Juliano Heisler, que ficou responsável por acompanhar a evolução da nossa e de outras regiões. Heisler citou o exemplo da região de Uruguaiana, quando houve alerta. O Estado pediu que fossem tomadas ações, entre elas, campanha publicitária, busca ativa de casos suspeitos, ampliação dos locais de testagem, fortalecimento da vacinação (reforço comunicação segunda dose). Ele alertou que seria prudente que os municípios já se organizassem em relação a estas medidas, não precisando necessariamente aguardar um alerta do Estado. Frisou que o Comitê Técnico discutiu questões de novo - alteração quanto aos restaurantes (aumento da lotação para 50% e permitir que o cliente se sirva), e ressaltou que a Comissão pede que municípios reforcem a fiscalização como um todo, que seja redobrada em relação aos protocolos obrigatórios do Estado, porque se for emitido algum aviso ou alerta, terão que ser tomadas medidas na região como um todo. Se verifica, segundo ele, que houve aumento de casos, por isto importante a fiscalização, para evitar que não haja regressão. Se não proibir algumas atividades, mas com muita fiscalização, para evitar o aumento de contágio. Sem decisão regional o município pode, segundo ele, restringir ainda mais as regras de combate à pandemia. Explicou que, se for alterada a questão dos restaurantes, primeiro tem que ser enviado ao Governo do Estado, para ver se aprova, e só depois de uma manifestação do Estado o município pode adotar. Não vê necessidade de um novo modelo regional, como o que já foi enviado no início da semana. Em relação a eventos e jogos, a recomendação do comitê é não liberar ainda, para evitar o aumento do contágio. Feita esta explanação inicial ocorreram manifestações dos prefeitos. Sandro Herrmann, de Colinas, sugeriu que se espere para alguma medida a partir do dia 1º de junho, pois no seu município houve um crescimento no número de casos. “Ainda é prudente manter um pouco mais apertado, e em função disso manter a educação funcionando, por exemplo. Houve aumento expressivo em nosso município”, disse. O vice-prefeito de Estrela, João Schäfer, defendeu a liberação, com todos os cuidados. Disse que os números são favoráveis a ter praça e a prática



de esportes. O prefeito Elmar Schneider entende que pode permitir música ao vivo nos estabelecimentos, pois o setor passa por muitas dificuldades. “Vamos cuidar da saúde, mas preservar nossa economia, ter pulso firme, mas não prejudicar setores como este de eventos”. Edmilson Busatto, de Bom Retiro do Sul, observou que algumas atividades foram liberadas e, se tiverem algum problema, volta a proibir. Tiago Michelin, de Vespasiano Correa disse que agora que o decreto do Estado foi publicado, é complicado para os prefeitos criarem restrições. “Este decreto criou expectativa do retorno. Ontem, em Vespasiano, pensaram em fazer campeonato sem público, sem vestiário, sem copa. Chegam fardados e jogam. Tudo de acordo com o decreto do Estado. Se propormos alternativa de praticarem esporte sob o nosso cuidado, nossa organização, colocamos a prática do esporte e vamos conseguir fiscalizar, pois tem ocorrido jogos clandestinos, o que é mais prejudicial”, ponderou. Para Danilo Bruxel, de Arroio do Meio, é difícil “segurar o esporte”. “Acho que devemos liberar, mas com todos os cuidados, pois na prática estão jogando. Talvez possamos fazer uma experiência de uma semana. Não estamos tranquilos, ainda é preciso muito cuidado”, declarou o prefeito. O prefeito de Lajeado, Marcelo Caumo, informou que decidiu pela não liberação do esporte porque os números mostram que está aumentando o número de casos, e o primeiro critério é o atendimento na rede primária. Disse que se fosse há duas semanas seria favorável ao esporte, mas agora é contrário à liberação do esporte coletivo de contato. Questão de eventos também, por isto defende suspender por pelo menos duas semanas. “Estamos pensando em liberar depois do dia 31, primeiro para o público vacinado. Se não retornarmos para a margem de segurança, devemos prorrogar estas restrições. A música ao vivo, por exemplo, é uma classe que tem sofrido, mas quando liberamos, acontece naturalmente aumento da voz, gotículas, contaminação é maior. Nestes ambientes também não ocorre uso da máscara, quando se sabe que seu uso é mais eficaz para evitar o contágio”, ponderou. O prefeito de Fazenda Vilanova manifestou-se pela liberação, enquanto o de Progresso entendeu que seria interessante deixar suspenso por mais 15 dias. O médico e secretário da Saúde de Lajeado, Claudio Klein, do Comitê Científico Regional, ponderou que é preciso ter cuidado pois o número de casos está aumentando e a transmissão é muito rápida. Conforme ele, quando o vírus atinge uma boa parcela da população, mesmo que interrompam algumas atividades, já está tão circulante que começa a transmitir em casa. “Aí vamos precisar de muito tempo para reduzir. Estamos estudando o comportamento do vírus, e temos que evitar a circulação de início. As indústrias não são mais o foco de transmissão, assim como as escolas”, disse. O prefeito de Anta Gorda, Francisco Frighetto, disse concordar com as colocações dos colegas, pois as duas situações estão corretas. Porém, de acordo com o prefeito, o município está aplicando todas as medidas para ver se os protocolos estão sendo cumpridos. “Estamos fiscalizando e precisamos que a população faça sua parte”. Sugeriu aguardar pelo menos até o dia 31 de maio ou 10 de junho para perceber o comportamento do vírus na região, mas foi favorável à liberação do esporte e eventos. Por fim, o presidente Paulo Kohlrausch observou



que todos estão com vontade de atender a comunidade mas, ao mesmo tempo, existe o medo de ser responsabilizado. Basicamente, na sua opinião, é o que está acontecendo. “O que nos prejudica é que Porto Alegre, por exemplo, liberou eventos até 300 pessoas, sem necessidade de autorização da prefeitura. Estas coisas nos prejudicam aqui. Mas, ao mesmo tempo, não temos como anunciar medidas mais restritivas se não temos fiscalização.” Por outro lado, chamou atenção para o fato de que a pandemia não acabou, porque é preciso não perder o que foi conquistado, como o comércio funcionando, crianças voltando às salas de aula. Ao final, todos responderam a uma enquete, com o seguinte resultado: sobre a alteração de protocolos dos restaurantes e similares houve 24 votos a favor e nenhum contra. Neste caso há necessidade de 2/3 dos municípios concordarem, o que não foi atingido, uma vez que são 37 municípios na Região Covid (29,30), não sendo possível alterar os protocolos estabelecidos no decreto estadual. Quanto à liberação da prática esportiva foram 21 favoráveis à liberação e 03 (três) contra, assim como em relação à liberação de eventos, sendo 21 favoráveis e 03 (três) contrários. Diante disso, houve a recomendação, como havia adiantado o Comitê Científico, de aguardar mais uma semana, para então discutir novamente, na assembleia do dia 28 de maio, se os municípios liberam ou não a prática de esportes e a realização de eventos. Sendo estas as deliberações da assembleia, o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar Kohlrausch
Presidente da AMVAT